



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

IRIS FERREIRA MORAIS

**COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA
MILITARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

ARAGUAÍNA/ TO
2023

IRIS FERREIRA MORAIS

**COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA
MILITARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Matemática do Centro de Ciências Integradas da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudenice C. Brito

ARAGUAÍNA/ TO
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M827c MORAIS, Iris Ferreira.
 Colégios cívico-militares no Tocantins: Uma análise da militarização na
 educação. / Iris Ferreira MORAIS. – Araguaina, TO, 2023.
 48 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
 Universitário de Araguaina - Curso de Matemática, 2023.
 Orientador: Claudenice Cardoso Brito

 1. Escola cívico-militar. 2. Colégio Militar. 3. Araguaina. 4. Tocantins. I.
 Título

CDD 510

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

IRIS FERREIRA MORAIS

**COLÉGIOS CÍVICO-MILITARES NO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DA
MILITARIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Matemática do Centro de Ciências Integradas da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Matemática.

Orientadora: Prof.^a Dra. Claudenice C. Brito

Data de aprovação: 20/12/ 2023

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDENICE CARDOSO BRITO**
Data: 11/01/2024 08:40:48-0300
Verifique em <https://validar.ibi.gov.br>

Prof./a. Dr./a Claudenice C. Brito UFNT - Orientador/a

Documento assinado digitalmente
 **FREUD ROMÃO**
Data: 11/01/2024 08:59:32-0300
Verifique em <https://validar.ibi.gov.br>

Prof. Dr. Freud Romão, UFNT – Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **JOYARA MARIA SILVA DE OLIVEIRA**
Data: 10/01/2024 19:09:37-0300
Verifique em <https://validar.ibi.gov.br>

Profa. Msc. Jôyara Maria Silva de Oliveira, Semed/ Araguaína – Avaliadora

ARAGUAÍNA/ TO
2023

Dedico este trabalho à minha avó Lindalva Rodrigues Silva, que sempre iluminou meu caminho e me apoiou a cada decisão da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me acompanhar durante toda a minha vida, e por ter me dado força para nunca desistir dos meus sonhos.

A minha avó Lindalva Rodrigues Silva que sempre esteve ao meu lado, sem ela sei que nada do que já conquistei seria possível.

As minhas irmãs Micaellen Ferreira Moraes, Laura Ferreira Moraes e a minha prima Joanny Silva Moraes por sempre me ouvirem nos momentos mais desesperadores da minha vida, em especial a vida acadêmica.

As minhas tias Rosilene Silva Moraes e Rosimeire Rezende que sempre estiveram presentes na minha vida e me auxiliaram durante toda a minha trajetória.

A minha professora orientadora Claudenice Cardoso Brito por sempre servir como inspiração de mulher e professora, obrigada por ultrapassar os limites da vida acadêmica e me ajudar tanto a evoluir como pessoa.

Aos meus professores, em especial ao Freud Romão e o José Carlos de Oliveira Junior por sempre me apoiarem nas horas mais difíceis da minha vida acadêmica e pessoal, onde até mesmo enxugar minhas lágrimas quando necessário

Aos meus pais Wandercreia Ferreira e Hilton Moraes por me ajudarem como podiam.

Aos meu amigos universitários que quando necessário falavam a realidade nua e crua, e me ajudaram nos momentos mais angustiantes desta trajetória e que sempre me abraçavam quando eu mais precisava: Áurea Cristina Pacheco Matos, Alisson Silva Sousa Santos, Wellyson Junior Sousa Ferreira, Victor Wender , Taison Pereira Mendes e Maryana Noletto de Araujo.

Aos meus outros familiares por terem servido como base na minha vida, onde eu sempre pude contar, em especial ao meu tio João Moraes, e meus primos Júlia Moraes, Joanderson Moraes, Leonardo Rezende e Eduardo Rezende.

Aos que acreditaram que eu não conseguiria, agradeço também, pois só me deram mais força de vontade para continuar.

RESUMO

Neste trabalho de caráter exploratório, do tipo pesquisa bibliográfica, tivemos por objetivo analisar o processo de militarização das escolas públicas, especificamente na cidade de Araguaína/TO. Para a realização deste estudo foi necessário inicialmente rever como ocorreu a reforma educacional no Brasil e a implementação dos Colégios Militares no Brasil. Com isso, o conceito de escola cívico-militar, propaga-se como resposta a anseios patrióticos, no entanto, é criticado por potencialmente distorcer os objetivos educacionais preconizados pela Constituição de 1988. Com isso, com a atualidade do tema, tem-se uma escassez de artigos sobre a temática dos Colégios Cívico-Militares no Tocantins, ademais, os resultados da pesquisa apontaram que o sistema escolar civil-militar viola as leis e políticas educacionais brasileiras sem qualquer base epistemológica, pois este modelo dificulta a individualidade dos estudantes significativamente, bem como o desenvolvimento de políticas de investigação e educação. Onde as principais consequências destacadas são o enfraquecimento e a repressão democrática do comportamento, do pensamento e das práticas educativas. Aponta também para a desvalorização geral da educação, onde este modelo de escola se preocupa mais com a disciplina do que com o ensino.

Palavras-chaves: Escola cívico-militar. Colégio Militar. Araguaína. Tocantins.

ABSTRACT

In this exploratory work, of the bibliographical research type, we aimed to analyze the process of militarization of public schools, specifically in the city of Araguaína/TO. To carry out this study, it was initially necessary to review how the educational reform occurred in Brazil and the implementation of Military Colleges in Brazil. As a result, the concept of a civic-military school spreads as a response to patriotic desires, however, it is criticized for potentially distorting the educational objectives recommended by the 1988 Constitution. As a result, with the current nature of the topic, there is a scarcity of articles on the topic of Civic-Military Colleges in Tocantins, in addition, the research results showed that the civil-military school system violates Brazilian educational laws and policies without any epistemological basis, as this model significantly hinders the individuality of students, as well as the development of research and education policies. Where the main consequences highlighted are the weakening and democratic repression of behavior, thought and educational practices. It also points to the general devaluation of education, where this school model is more concerned with discipline than teaching.

Keywords: Civic-military school. Military school. Araguaína. Tocantins.

LISTA DE QUADROS

Quadro-resumo 1 - Relação de trabalhos de acordo com os descritores	35
Quadro-resumo 2 - Educação brasileira, Colégios Militares e Militarizados	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação

CMRJ - Colégio Militar do Rio de Janeiro

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Inep - Instituto Nacional de Pedagogia (atual instituto nacional de pesquisa educacional anísio teixeira)

LC - Lei Complementar

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MPETO - Ministério Público Estadual do Tocantins

PB - Pesquisa Bibliográfica

PECIM - Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

PNE - Plano Nacional de Educação

PMTO - Polícia Militar do Estado do Tocantins

SCMB - Sistema Colégio Militar do Brasil

SECIM - Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

TO - Tocantins

UNE - União Nacional de Estudantes

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CONTEXTO DA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA COM DEBATE IDEOLÓGICO NAS DÉCADAS DE 1930 A 1960.....	14
2.1 Expansão das Escolas Públicas Brasileiras Durante o Período do Regime Militar (1964-1985).....	19
2.2 A Implantação dos Colégios Militares no Brasil.....	21
2.3 O Ensino de Matemática nos Colégios Militares	24
2.4 As Escolas Cívico-militares: Regras Militares para Alunos Cívicos	26
2.5 As Escolas Cívico-militares no Tocantins.....	28
2.6 Colégios Militarizados em Araguaína	30
2.7 Revogação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares.....	31
3 METODOLOGIA.....	33
4 RESULTADOS	37
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de caráter exploratório, do tipo pesquisa bibliográfica apresentar uma análise do processo de implantação dos Colégios Cívico-Militares no Brasil, sobretudo na cidade de Araguaína- Tocantins. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as reformas educacionais e sobre os Colégios Militares no Brasil, no estado do Tocantins e na cidade de Araguaína- TO. Devido esse processo de militarização das escolas ser um fenômeno recente, não há um número significativo de artigos e teses sobre os colégios cívico-militares, com isso, no Tocantins as escolas cívico-militares são denominadas como escolas militares, o que torna mais difícil ocorrer esta pesquisa. Nesta pesquisa adotaremos o termos cívico-militares.

As vinte e oito escolas cívico-militares foram implantadas no Tocantins em parceria com a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Durante o governo Bolsonaro houve uma grande expansão das escolas cívico-militares pelo país, tendo como lema a promoção de um ensino de “alto nível”. Contudo, essa propagação se deu com base principal em ideologias político-partidárias, e não com embasamentos científicos quanto à real “superioridade” da militarização do ensino quando comparado às escolas regulares. No Brasil, o processo de implantação das escolas militarizadas começou em 2019, e ganhou celeridade durante o governo de Bolsonaro (2019-2022). Neste aspecto, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) estabeleceu um marco regulatório significativo, incluindo suas bases legais, competências e implicações nos estados brasileiros. O projeto de escola cívico-militar, ou escola militarizada é uma proposta que foi difundida na sociedade brasileira como uma resposta aos anseios de uma pequena parcela da sociedade civil que defende os princípios do patriotismo. Contudo, tais princípios ao serem colocados no contexto da educação tendem a distorcer a finalidade da educação, que tem por objetivo o desenvolvimento pleno do cidadão, preparação para a cidadania e para o trabalho, (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Neste aspecto, é considerado que a militarização de escolas públicas visa apenas difundir o pensamento militar em detrimento de uma formação desenvolvimental. Portanto, diante do cenário constituído no âmbito do pensamento ‘militar’, que adentra o ambiente educacional, é necessário, analisar este fenômeno que ganhou força no governo bolsonarista, sobretudo compreender tal movimento, de que forma ele impacta na adoção de teorias educacionais que visam uma formação crítica e desenvolvimental.

Tendo em vista tais aspectos, esta pesquisa se justifica na medida em que se faz necessário analisar a luz de uma teoria, o movimento de militarização das escolas públicas.

Enfatiza-se que há todo um aparato que busca beneficiar o funcionamento dessas escolas, portanto, isso já explicita um certo favorecimento dessas instituições de ensino em detrimento de outras não militarizadas. Considerando tais aspectos, definiu-se como objetivo analisar o processo de implantação das escolas militarizadas no Brasil, e recortar para o caso específico no Tocantins, onde busca compreender a base legal que sustenta a implantação dessas escolas, assim como as condições diferenciadas que lhe são oferecidas, como por exemplo, um significativo número de funcionários a mais em comparação com outras escolas e seus recursos financeiros. Para uma análise buscamos ,em documentos, tais como: artigos, dissertações e teses; acerca do processo de militarização das escolas em nível nacional, bem como em nível local, sobretudo de que forma esse processo tem impactado no avanço da educação básica. Para a realização deste estudo foi necessário inicialmente rever como ocorreu a reforma educacional no Brasil e a implementação dos Colégios Militares no Brasil. É importante salientar que mesmo com o encerramento do PECIM, em nível Nacional, alguns Estados decidiram dar continuidade ao programa. Destacamos que a Secretaria Estadual de Educação do Tocantins optou por dar continuidade ao programa. Considerando que o PECIM era um programa federal, os recursos financeiros para a manutenção do programa em nível estadual deverão ser por conta do Estado do Tocantins.

Este trabalho está dividido em 5 seções, nas quais discorrem sobre o contexto das reformas educacionais, a expansão das escolas públicas durante o regime militar(1964-1985), os Colégios Militares e o ensino de matemática nesses colégios e a implantação das escolas cívico-militares. Para isso, temos como ponto de partida a implantação das escolas cívico-militares em nível nacional e no Tocantins.

2 O CONTEXTO DA REFORMA EDUCACIONAL BRASILEIRA COM DEBATE IDEOLÓGICO NAS DÉCADAS DE 1930 A 1960

Entre as décadas de 1930 e 1960 pode-se dizer que houve mudanças significativas na estruturação do sistema nacional de educação pública. Nessa época o Brasil passava por uma transição caracterizada pelo modo capitalista de produção que estava acelerado, e com isso ocorreram transformações superestruturais no sistema escolar. Com isso, este período está interligado com dois processos vinculados à transição de um modelo econômico, denominado de agrário-exportador para o modelo industrial-urbano, no qual ocorreu a Revolução de 1930 (esta revolução ou golpe de 1930, teve como principal protagonista Getúlio Dornelles Vargas, no qual foi uma luta por poder político por parte da elite, para saber quem iria subir ao poder como presidente da república) e o golpe de Estado de 1964 (ocorreu para acabar com o mandato do presidente João Goulart, que encerrou o período democrático e o marechal Humberto Castello Branco foi “eleito” como “presidente do Brasil”, por uma eleição indireta, e assim teve início os 21 anos de Ditadura Militar no Brasil).

Somado a isso, no século XX houve uma expansão significativa do sistema educacional brasileiro, onde se tem durante o governo de Getúlio Vargas, a criação do Ministério da Educação e Saúde (atualmente Ministério da Educação e Cultura - MEC), que centralizou o planejamento educacional. A Constituição de 1988 estabeleceu o direito à educação como fundamental, levando à universalização do ensino fundamental.

Com isso, nos anos 1930 a 1964, com os projetos de nação para o Brasil, consistidos no nacionalpopulista, no qual Getúlio Vargas era o responsável e agregou os setores progressistas da sociedade brasileira, defendia a industrialização do País à base do esforço nacional, sem comprometer a sua soberania.

Ademais, o Projeto Getulista é apoiado pelos trabalhadores, porque nasceu do reconhecimento de que os problemas sociais não são policiais, e sim problemas políticos. Por sua vez, o projeto das oligarquias tradicionais, ligadas ao setor agrário exportador, previa o desenvolvimento econômico subordinado à liderança dos Estados Unidos da América e representava setores das elites políticas da década de 1930, em especial aquelas associadas à economia cafeeira do estado São Paulo, foram expulsas do poder. Com isso, a polarização tinha uma forte destaque ideológica resultante de um ambiente político internacional dominado por disputas entre os dois blocos do capitalismo e do socialismo, e a política nacional da época era caracterizada pelos binários esquerda x direita, conservador x progressista.

No entanto, Góes Monteiro crítica o regime liberal, uma vez que para ele a consolidação de um governo forte vem através de um partido único, sendo nacional, ou “social-nacionalista”. Com isso, no documento que Góes Monteiro mandou para Getúlio Vargas, em 1934, tem-se as transformações que deveriam ter sido realizadas no Governo Provisório, após a Revolução, e que não foram, com isso, Góes Monteiro afirma que

A organização da opinião pública deveria ter sido o objeto primeiro de forte organização partidária um partido social-nacionalista que fornecesse quadros vigorosos para os diferentes órgãos e instituições do Estado e guiasse as massas com mão firme para o desenvolvimento da produção e para a coordenação das forças vivas da nacionalidade. Destruindo a rotina e os preconceitos político-jurídicos e os vícios das antigas facções regionalistas que deveriam ter desaparecido [1934a. p. 71]

Eventualmente, de 1930 a 1964, ocorreram várias reformas educacionais no Brasil que não conseguiram resolver o problema de longa data do analfabetismo, ademais, não garantiram pelo menos quatro anos de escolaridade para todas as crianças, este fato que destacou a forma como o Estado orienta a política educacional naquela hora. Posto isso, para compreender esse aspecto da política pública no Brasil, devemos relembrar a Revolução de 1930, que iniciou a construção do Estado burguês aplicando medidas de centralização para garantir a unidade nacional e sua presença em áreas estratégicas, como a supremacia sobre o seu próprio território.

Desta maneira, foi nesse contexto que, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Francisco Campos, mais tarde conhecida como “Reformas de Francisco Campos”, que executou as reformas de 1931, a pedido de Vargas aos educadores reunidos em IV.

Desse modo, o Estado, com base no recém-criado Ministério da Educação, passava a ditar a política nacional de educação, ao contrário do que vinha ocorrendo desde o Ato Adicional de 1834. O Governo Vargas tinha interesse em fortalecer o Estado Nacional com aparelhos administrativos [e ideológicos] (FERREIRA JR., 2010, p. 64).

Com isso, tem-se a conferência da Associação Brasileira de Educação (ABE) teve como objetivo fornecer ao governo “o sentido pedagógico da revolução”, esta reforma denominada de Francisco Campos, como ficou conhecida, onde caracterizou-se pela criação, pelo menos em lei, de um sistema nacional de educação, além da criação do Conselho Nacional de Educação, o consultor máximo privado responsável por assessorar o Ministério da Educação, o Documento da Reforma que prevê o ensino secundário, no qual seja organizado em dois ciclos: básico, com duração de cinco anos, e complementar, com duração

de dois anos. Portanto, o ensino secundário inclui o ensino imediatamente a seguir aos quatro anos do ensino primário e é de natureza muito excludente.

Além disso, a escolha do ensino secundário e a dicotomia entre ensino profissional e secundário são preservadas em benefício das crianças da elite, tendo o primeiro ciclo de cinco anos obrigatório no ingresso no ensino superior, por outro lado, a segunda dura dois anos em uma escola específica, onde a sua matrícula no ensino superior deve ocorrer concomitantemente com o ensino secundário, o que também dificulta o acesso ao ensino superior. Como resultado da reforma, muitas áreas da educação profissional, excluindo a educação básica, os cursos regulares e a educação comercial, foram marginalizadas.

Seguidamente, tem-se a influência do movimento da Escola Nova, onde teve reivindicações para a criação das Universidades, onde se tem uma educação que reconheça o “melhor”, ou seja, com crianças que demonstram talento para o curso universitário e que tenham cursado a escola de 7 aos 15 anos. Assim, adicionado como parte da Reforma, principalmente quando recomendado por lei, o Estatuto das Universidades brasileiras, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, na qual foi criada em 1934, e a Universidade de São Paulo (USP), que teve participação do Fernando de Azevedo.

Por seguinte, antes de mudanças futuras em 1937, teve-se a Constituição Brasileira de 1934. Do mesmo modo, nela tem-se o direito à educação e suas consequências, com o desejo e a obrigação de adotar a lei; Declarado ensino fundamental gratuito de quatro anos. Com isso, a carta de 1934 confirmou este princípio, com direito à educação, onde deve ser garantida pela “Família” e as “instituições estatais”, somado a isso, inclui padrões para ter em mente como preparar seu plano de ensino público, ensino fundamental gratuito e com presença obrigatória, onde aplica-se a adultos, com o desejo de receber educação gratuita principal.

Com isso, essa reforma educacional não teve grandes resultados, onde serviu para continuar favorecendo os filhos da elite da época, seguindo esta linha, temos que segundo Ferreira Jr. (2010, p. 65)

A Reforma Francisco Campos tornou o ensino secundário ainda mais elitista, pois sua organização em dois ciclos, fundamental e complementar, somente reforçava a velha tradição bacharelesca das classes dominantes. [...] Assim, é claro, o ensino secundário era restrito aos jovens que tinham origem social nas classes dominantes.

Somado a isso, após o ministro da educação Francisco Campos, tem-se um novo ministro que teve destaque, por conta do golpe de Estado que instituiu a ditadura de Vargas

(1937-1945), uma nova Constituição, a de 1937, foi adotada no Brasil, no qual transformou os aspectos da educação, onde agora tem-se a ação supletiva o que antes era dever do Estado, com o ministro da educação brasileira, Gustavo Capanema.

Ademais, durante os oito anos de ditadura militar no Brasil tem-se no Sistema Educacional Brasileiro as Leis Orgânicas de ensino, também conhecida como Reforma Capanema (1942-1946), onde se estabeleceu um ensino técnico-profissional (industrial, comercial, agrícola), no qual eles permaneceram com caráter elitista de ensino secundário, com isso instituíram um sistema paralelo, sendo ele o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac)).

Além disso, a expressão “Estado Novo” foi um termo criado para descrever a ditadura militar de Getúlio Vargas, e durante ela na sociedade civil tem-se o surgimento de algumas unidades e instituições na sociedade ligadas a lutas políticas específicas nas universidades, educação no movimento estudantil. Assim como ocorreu na União Nacional de Estudantes (UNE), instituída em 1937, que combateu a ditadura militar. Com isso, em janeiro de 1937, mesmo ano da fundação da UNE, foi criado o Instituto Nacional de Pedagogia (Inep), atual Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; um dos mais importantes disseminadores do conhecimento educacional e funciona por meio da formação de comissões educativas. Onde nomeou especialistas dentre pesquisadores da comunidade acadêmica para participarem da formulação de políticas educacionais e da implementação de processos de avaliação em todos os níveis de ensino. Com a criação do Inep, o país passou a estabelecer um setor educacional para o desenvolvimento de pesquisas e atividades de investigação, que posteriormente serão realizadas por centros de pesquisa regionais.

Com o fim da ditadura de Getúlio Vargas, o que culminou com o final da Segunda Guerra Mundial Brasil, a redação da quarta Constituição Republicana (1946) estabeleceu direitos e garantias individuais, isto é, para garantir a liberdade de pensamento. Na qual mostra uma tendência progressiva e de aceitação da Constituição de 1934, que se tem princípios do manifesto de 1932, esta Constituição reafirma os direitos de: Educação para todos, obrigatório e gratuito à escola primária. Este princípio progressista, no entanto, não garante universalidade, especialmente de uma perspectiva democrática, a escola primária para todas as crianças brasileiras não ocorreu. Com isso, as políticas educacionais brasileiras integram: Os Princípios democráticos não colocados em prática. Enquanto isso, a Constituição de 1946 dispõe sobre a adoção de legislação pela primeira vez, para uso educacional no Brasil: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que em 1961 viria a ser aprovada.

Anteriormente em 1948, durante o período do governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) com protestos nacionalistas e democráticos, foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), unidade científica de pesquisadores em todas as áreas do conhecimento, especialmente físicos e engenheiros, com isso, esta Sociedade teve um papel importante durante os seus 60 anos de existência, especialmente durante o período de luta, unindo a diversidade para resistir à Ditadura Militar.

Com isso, várias obras foram criadas na década de 1950, como as agências de financiamento de pesquisa e ciência no Brasil; Em 1951, um novo governo assumiu o poder, Getúlio Vargas, desta vez eleito pelo povo, e assim, durante o primeiro ano do novo mandato, foi criado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado ao Ministério da ciência e Tecnologia, com a função de promover o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Ademais, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o país entrou numa situação mais grave, por conta do desenvolvimento do nacionalismo. Com a ascensão desta ideologia, foi empregado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), relacionado ao MEC. Ademais, por conta das ideologias políticas “esquerda” e “direita”, no início da década de 1960, após 13 anos de conflitos e lutas ideológicas através da educação pública brasileira, foi aprovada a primeira LDB (Lei n. 4.024, de 1961) que incorpora os seguintes princípios: O direito à educação, o direito à escolaridade obrigatória e Expandir a escolaridade obrigatória.

Além disso, no que diz respeito à estrutura da educação, a lei preservou o legado das reformas de Capanema: Pré-escola; Básico; Secundário, dividido em dois ciclos (ciclos tecnológicos e ciclos secundários); superiores. Pode-se, portanto, dizer que as reformas de Capanema foram duradouras, isso é algo que outras reformas não alcançaram.

Por fim, depois de um debate acalorado e instituições atuantes na área de educação, como a UNE, Inep e SBPC, o Brasil chega à década de 1960, no século 20, quase 40% das pessoas eram analfabetas. Do mesmo modo, destaca a ineficiência da reforma, com caráter retórico e descumprimento do Estado com as leis que ele mesmo fez. Com isso, tem-se os valores que mostram essas poucas mudanças: em 1940, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 56,0%; em 1950, era de 50,5% e, em 1960, 39,35% (RIBEIRO, 1986).

Desta maneira, as particularidades da educação no Brasil, resultado de uma história de trezentos anos de escravidão e de suas renomadas instituições de ensino, fazem lembrar as seguintes palavras de Manacorda (1989, p. 41), pois desde que a sociedade se fragmentou em grupos de pessoas que exercem poder e aqueles que são subjugados, para aqueles que

observam atentamente a transformação que ocorreu, “[...] para as classes excluídas e oprimidas [...], nenhuma escola”.

2.1 Expansão das Escolas Públicas Brasileiras Durante o Período do Regime Militar (1964-1985)

A política educacional durante a ditadura militar foi instaurada em 1964 a partir de um golpe de Estado, na qual causou mudanças estruturais no país e na história das escolas públicas brasileiras. Com isso, para alguns, este é um fato paradoxal, pois como pode-se explicar a expansão das escolas públicas sob regimes ditatoriais que prendem, tortura e matam dissidentes? A resposta a esta questão reside nos fundamentos produtivos do modelo econômico estabelecido pelo regime militar.

Além disso, a consolidação da sociedade urbano-industrial durante o regime militar converteu as escolas públicas brasileiras porque, segundo a lógica que regia o regime, era necessário um mínimo de educação para que o país entrasse na fase do "poder brasileiro", como proclamam os slogans do governo, e sem escolas isso não era possível. Contudo, a expansão quantitativa não está associada a escolas com padrões intelectuais aceitáveis. Pelo contrário, a maioria dos estudiosos acredita que a expansão foi acompanhada por um declínio na qualidade da educação.

Somado a isso, a ditadura militar, se baseia em uma mentalidade tecnocrática e autoritária que enfatizava o papel das escolas como ferramentas ideológicas do Estado, no qual anunciou uma lista de medidas que incluía duas reformas educacionais que mudariam essencialmente a face da educação brasileira. Com isso, a primeira foi a reforma universitária de 1968, que adaptou as universidades ao modelo econômico recomendado pelo regime, criando departamentos, registrando-os não como disciplinas mas como créditos. Essa reforma foi inspirada nos princípios organizadores das universidades norte-americanas, incluindo a eliminação das cátedras, e realizada num contexto de repressão política, esta reforma cria, por um lado, um modelo de eficiência e produtividade e, inversamente, o controle das atividades acadêmicas.

No entanto, houve uma repressão ao movimento estudantil, organizado principalmente pela UNE, onde proibiu quaisquer protestos políticos, com isso, também foram atingidos os professores universitários e intelectuais que trabalhavam por reformas democráticas nas universidades, que na época eram acessíveis apenas a uma pequena minoria da sociedade brasileira.

Desta forma, a relação entre a reforma universitária e as escolas públicas estão ligadas aos cursos de formação de professores e às instalações privadas de desenvolvimento do ensino superior. Com isso, outra consequência da política educacional da ditadura militar foi a formação de novas categorias de aprendizagem que substituíram aquelas anteriormente ensinadas em algumas instituições universitárias ou em cursos regulares, ademais, as condições de vida e de trabalho que seriam impostas neste novo contexto criaram grandes categorias que em breve seriam organizadas em sindicatos. Isso é típico da nova profissão docente e é completamente diferente do perfil dos professores brasileiros que ocorreu até a década de 1960.

A ditadura militar também introduziu reformas na educação básica, a principal foi a Lei nº 5.692/71, que instaurou mudança de rota existente desde 1971, no qual o primeiro grau duplicou o número de anos de escolaridade obrigatória, onde passa de 4 anos para 8 anos de ensino básico, e esta reforma na escolaridade obrigatória foi mantida pelo Estado.

Com isso, tem-se a expansão física das escolas durante os 8 anos do ensino primário, que foi uma característica dos 21 anos de ditadura. No entanto, como eram escolas para crianças das classes mais baixas, as escolas tinham apenas meio turno, menos de três horas letivas por dia, instalações mal equipadas, sem bibliotecas, edifícios degradados e professores que recebiam cada vez menos pelas suas horas de trabalho e cargos que ocupavam. Ademais, nessas escolas a educação moral e cívica era obrigatória, onde forneciam estudos doutrinários que não apenas justificavam a existência do governo militar, mas também expressavam preconceito contra a formação da história brasileira e ensinavam língua portuguesa, história, geografia e arte de forma subvalorizada.

Além disso, através desta reforma, o regime militar procura dar um novo caráter ao ensino secundário, tendo um caráter final no ensino secundário, assim reduzindo a procura ao ensino superior, e assim proporcionar “empregos” aos jovens que não ingressassem na universidade.

Com o que foi exposto, nota-se que antes dos militares realizarem as reformas, o nível de educação pública no Brasil era alto, no entanto, o problema era que apenas os privilegiados recebiam essa educação. Nesse sentido, como estas reformas desestabilizaram as escolas públicas e as tornaram praticamente precárias, as elites não tinham nada com que se preocupar. Ademais, a democratização da educação não vinha acompanhada de qualidade, mas para os privilegiados financeiramente, existiam escolas particulares, totalmente credenciadas pelo estado em 1961. Com isso, os pobres ficavam com benefícios mínimos, enquanto os ricos tinham acesso exclusivo a uma educação de qualidade, e foi assim que a

educação durante a ditadura militar reforçou o elitismo binário e a exclusão na educação brasileira.

Com o fim da ditadura militar, o Brasil passou por um processo de redemocratização, e a educação continuou a ser um tema importante. Com isso, a Constituição de 1988 p.123 estabeleceu a educação como um direito fundamental, no que desrespeito ao ensino tem-se:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, [...]
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; [...]
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; [...]

Com isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira(LDB) de 1996 estabeleceu as bases para o sistema educacional brasileiro, incluindo a criação dos sistemas de ensino estaduais e municipais.

No entanto, apesar dos avanços, o Brasil ainda enfrenta desafios significativos na área da educação. A desigualdade de acesso à educação de qualidade persiste, com diferenças marcantes entre as regiões rurais e urbanas, bem como entre as classes sociais. A qualidade da educação também é uma preocupação, com baixos índices de desempenho em avaliações nacionais e internacionais.

Além disso, a educação no Brasil enfrenta desafios políticos, com mudanças frequentes nas políticas educacionais e a falta de investimento adequado. A formação de professores e a valorização da carreira docente também são questões críticas.

2.2 A Implantação dos Colégios Militares no Brasil

Encontra-se nos dicionários as seguintes definições para militar: mi.li.tar adj (lat militare), pois sugere que a origem etimológica da palavra é do latim, derivada da expressão "militare". 1. Que diz respeito às forças armadas, aos soldados: arte militar, meio militar. 2. Que diz respeito às forças armadas, aos soldados: arte militar, meio militar. 3. Hierarquia militar, ordem de subordinação entre os diferentes postos e graduações(DICIO, 2009).

Com isso, a estrutura militar no Brasil inclui não apenas os militares, que consistem na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, mas também algumas estruturas pertencentes à segurança pública, como a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar. Somado a isso, surgiram dois modelos institucionais de escolas militares, um que é o clássico Colégio Militar, escola corporativa profissional vinculada ao Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e

o Corpo de Bombeiros, onde a escola estadual de ensino fundamental é dirigida exclusivamente por militares que exercem atividades administrativas e pedagógicas, bem como atividades docentes, de acordo com a Lei nº 9.394/96 no Art.83 tem-se que “O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”.

O outro modelo institucional são as escolas cívico-militares, este modelo é uma inovação institucional porque é um modelo híbrido em que o Ministério da Educação e o Ministério da Segurança Pública partilham conjuntamente a responsabilidade. Com isso, em 2019, o governo federal “comprou” essa ideia e decidiu implementar esse modelo com uma política federal de educação pública chamada “cívico-militares”, que buscava padronizar as atividades em todo o Brasil.

Nos Estados Unidos, a cidade de Chicago é a que possui mais escolas públicas militares no país, no qual é pregado o discurso racializado, misógino e homofóbico como parte cultural dos militares (GALAVIZ et. al., 2011; LIPMAN, 2003), com isso, segundo estes investigadores, as políticas públicas de Chicago serviram para controlar e marginalizar a juventude negra e latina, criando uma disciplina baseada em fundamentos misóginos e homofóbicos.

Enquanto isso no cenário brasileiro, em 1889, no final do Império, por meio do Decreto nº 10.202, sucedeu-se a criação do Imperial Colégio Militar, o primeiro Colégio Militar do Brasil. Esse modelo de escola militar se expande no Brasil na década de 90, nesse período tem-se 42 instituições militares ligadas às Forças Armadas, sendo composto por 15, colégios localizados em: Porto Alegre, Fortaleza, Manaus, Belém, Recife, Juiz de Fora (MG), Belo Horizonte, Santa Maria (RS), Campo Grande, Salvador, São Paulo, Curitiba e Brasília, além de duas unidades no Rio de Janeiro. Somado a isso, na Aeronáutica tem-se 3 escolas de assistenciais, que tem como objetivo privilegiar os servidores civis e militares da Aeronáutica, essas unidades atendem os habitantes locais quando tem-se disponibilidade de vagas onde o ingresso se dá através de processo seletivo, essas escolas se localizam no Rio de Janeiro, em Belém e em Alcântara (MA). Por fim, na Marinha, o Sistema de Ensino Naval conta com 24 instituições de ensino fundamental, médio, técnico e superior, onde capacita civis e militares, tendo em vista o desempenho dos cargos e funções existentes na própria Marinha do Brasil.

Desse modo, as circunstâncias em que ocorreu a expansão das escolas militares combinaram fatores importantes como: o legado da ditadura, as escolas públicas serem consideradas um fracasso e o desejo de disciplina e redução da violência.

Somado a isso, tem-se a defesa que a disciplina nos colégios militares e militarizados baseia-se na ilusão de que uma educação de qualidade só pode ser alcançada através de uma disciplina incontestável.

No campo da educação formal, observamos que a prática pedagógica adotada na formação profissional militar – pedagogia militar – cumpre o papel da conformação psicofísica, ética e moral do trabalhador por meio da coerção. Para tal, utiliza o medo, a violência a fim de introjetar valores pautados na hierarquia e na disciplina, próprios dos espaços da caserna. O humano que essa pedagogia pretende forjar é submisso, obediente e conformado às condições precárias e à ausência de direitos. Nesse sentido, cumpre o propósito do sistema vigente que demanda de instituições de controle social responsáveis pela manutenção do status quo. Obviamente, quando aplicada à Educação Básica, esta pedagogia só faz sentido para as camadas subalternas, especialmente aquelas pauperizadas, residentes das periferias urbanas, precarizadas (VEIGA e SOUZA, 2019, p. 17-18)

Com isso, tem-se também que do ponto de vista jurídico, viola integralmente os princípios jurídicos da Constituição Federal e da LDB

As escolas militares organizam-se com base em rígida hierarquia, férrea disciplina, obediência incontestável aos superiores, proibição de determinados comportamentos [...] O ensino escolar civil, por sua vez, tem seus princípios insculpidos no Artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que inclui, dentre outros, igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, liberdade de divulgar o pensamento, pluralismo de ideias e, especialmente, gestão democrática (MENDONÇA, 2019, p. 596).

Somado a isso, a proposta filosófica de Thomaz Coelho de um colégio militar combinava o ensino preparatório voltado para a formação e apoio militar, ou seja, o cuidado dos órfãos dos combatentes da guerra do Paraguai. No entanto, o Projeto Pedagógico do SCMB (DEPA, 2015), tem-se que o ensino preparatório, atualmente “deve habilitar todos os alunos ao prosseguimento dos estudos, seja pelo despertar das vocações militares – em especial para o ingresso na EsPCEEx –, seja pela preparação aos processos seletivos ao ensino superior” (p. 7). Ademais, os historiadores estudaram anteriormente acerca das implantação de colégios militares, e posteriormente os colégios cívicos-militares ou militarizados, com vista a pontuar as ideias que subjazem nos pressupostos ‘pedagógicos’ dessas instituições. Com isso, é importante destacar que foi adotado neste trabalho o conceito de escola militarizada, ou seja, uma instituição que se tornou militar, por ter um pequeno grupo gestor militar que traz consigo alguns princípios da caserna, onde tem na ‘disciplina militar’ como o único diferencial que sobressai os princípios didáticos, metodológicos e pedagógicos.

No que se refere aos Colégios Militares do estado do Tocantins tem-se por base a Polícia Militar do Estado do Tocantins em que dispõe, em seu regimento no artigo 1º, que o

órgão é destinado à preservação da ordem pública e à realização do policiamento ostensivo no território do Estado. Somado a isso, o artigo 2º cita em seus dez incisos as competências da PM-TO:

Art. 2º Compete à PMTO:

I - planejar, organizar, dirigir, supervisionar, coordenar, controlar e executar as ações de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública;

II - executar, com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares às Forças Armadas, o policiamento ostensivo fardado para prevenção e repressão dos ilícitos penais e infrações definidas em lei, bem como as ações necessárias ao pronto restabelecimento da ordem pública;

III - atuar de maneira preventiva, repressiva ou dissuasiva em locais ou áreas específicas em que ocorra ou se presuma possível a perturbação da ordem pública; IV - exercer o policiamento ostensivo e a fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais e, no limite de sua competência, nas vias urbanas e rurais, além de outras ações destinadas ao cumprimento da legislação de trânsito;

V - desempenhar, nos limites de sua competência, a polícia administrativa do meio ambiente, na fiscalização, constatação e autuação de infrações ambientais e outras ações pertinentes, e colaborar com os demais órgãos ambientais na proteção do meio ambiente;

VI - proceder, nos termos da lei, à apuração das infrações penais de competência da polícia judiciária militar;

VII - planejar e realizar ações de inteligência destinadas à prevenção criminal e ao exercício da polícia ostensiva e da preservação da ordem pública na esfera de sua competência;

VIII- realizar a guarda externa de estabelecimentos penais e as missões de segurança de dignitários em conformidade com a lei;

IX - garantir o exercício do poder de polícia pelos Poderes e Órgãos Públicos do Estado, especialmente os das áreas fazendária, sanitária, de uso e ocupação do solo, do patrimônio cultural e do meio ambiente;

X - efetuar o patrulhamento aéreo no âmbito de sua competência.

No entanto, entre as competências da PM-TO, não se tem relação alguma com à educação ou à gestão escolar, a única referência aos Colégios Militares, ocorre no artigo 33: “Os Colégios Militares são órgãos especiais da PMTO”. Portanto, ao analisar os documentos normativos da PMTO, em nenhum momento é identificado alguma alusão à educação, nem de que a instituição foi criada com este objetivo.

2.3 O Ensino de Matemática nos Colégios Militares

A instituição que inspirou a fundação dos Colégios Militares foi a do Prytanée Militaire de La Flèche, uma escola militar francesa dirigida pelos militares franceses, que oferece ensino secundário regular e aulas de preparação especializada equivalentes ao primeiro ano de faculdade aos alunos que desejam ingressar na Academia Militar Francesa, pessoas como Descartes e Voltaire estudaram nesta instituição; e ainda existem atualmente.

Nestas instituições disciplinas relacionadas à ciência matemática: Cosmologia, geografia e coreografia, física e ciências naturais eram privilegiadas.

No contexto do ensino de matemática, as principais preocupações centravam-se na necessidade de rigor e fundamentação teórica. Com isso, foram ensinados temas como soluções algébricas de equações cúbicas e de quarto grau, trigonometria reta, curvas de Pascale cálculo infinitesimal, considerados avançados tanto em sua época como hoje nos cursos do ensino médio.

Essa ideia pode ser ilustrada pelo depoimento de dois ex-alunos que frequentavam a escola, um deles, o Marechal Waldemar Levi Cardoso, era o ex-aluno mais velho dos Colégios Militares do Brasil, com 102 anos em 2003.

Os professores nos levavam ao Positivismo, eu fui levado ao Positivismo. Eu tive uma formação um pouco positivista, levando em conta os princípios de “Ordem e Progresso” (...) Nós tínhamos professores que eram positivistas e citavam Augusto Comte e seus seguidores, bem como os princípios positivistas. As Ciências eram consideradas disciplinas de muita importância. A Física e Química eram Ciências. As cinco ciências de Augusto Comte, Matemática, Física, Química, Biologia e Sociologia e Moral eram todas estudadas cientificamente(VAZ, 2019, p. 16).

Outra declaração muito interessante é a do Coronel Arivaldo Silveira Fontes que foi professor de matemática no Colégio Militar durante 1953 a 1972.

O Exército sempre foi muito favorável às idéias positivistas. O ensino, em particular, foi bastante influenciado por Benjamim Constant, professor de matemática da Escola Militar da Praia Vermelha, que fazia uma propaganda velada (sic) junto aos seus alunos. Como exemplo da influência do positivismo pode-se citar muitos livros adotados no colégio na disciplina Matemática, que utilizavam expressões positivistas como, por exemplo: número irracional singular e não número irracional, formação de... e não função de[...] (VAZ, 2019, p. 17)

Com isso, o professor de matemática Ary Quintella também foi influente no SCMB, ele é ex-professor e diretor de educação do CMRJ, atualmente empresta seu nome para um dos auditórios do CMRJ. Vejamos um trecho de “Exercícios de Aritmética”, um livro de 1957 escrito com o tenente-coronel Newton O'Reilly.

Ao apresentarmos aos colegas, professores de Matemática, e aos futuros ginásianos, o Exercícios de Aritmética, tivemos por objetivo facilitar a tarefa de seleção conveniente e atender à necessidade da quantidade de problemas, para, através deles, ser obtida não só a fixação de regras de cálculo como o adestramento que deve ser exigido nesta altura do ensino(n.p).

Ademais, este trecho ajuda a formar um panorama da história da educação matemática na SCM, onde se tem alguns termos como rigor teórico, conteúdo e prática excessivos, e sugestões de ensino mecânico “aprender fazendo”.

Além disso, atualmente ainda se tem disciplinas de português e matemática sendo supervalorizadas em escolas primárias do SCMB. De igual modo, nestas disciplinas em particular, a carga horária das aulas de matemática varia de 5 a 6 aulas por semana, mas por exemplo as disciplinas de história e geografia são limitadas, por 3 aulas cada. Deste modo, o vestibular de admissão ao Colégio Militar avalia apenas essas duas áreas desse conhecimento, no qual consiste a primeira etapa, composta por 20 problemas objetivos de matemática, onde elimina até 80% dos candidatos.

Simplificando, a educação matemática no SCMB tem sido historicamente associada a uma “hierarquia baseada em competências” incorporada em avaliações classificadas, o que acabou por conduzir a uma educação elitista e exclusiva, porém, o sistema apresentou diversas sugestões para mudar esse panorama.

Com isso, na PORTARIA DECEX / C Ex Nº 220, DE 14 DE JUNHO DE 2021 na Seção X Elementos do Currículo - Proposta Filosófica da Área do Conhecimento. Tem-se que “deve fornecer ferramentas que facilitem o desenvolvimento de competências de caráter lógico-matemático que sirvam para interpretar e enfrentar situações-problema, oferecendo ao aluno a possibilidade de se tornar um cidadão investigativo e crítico”. Além disso, segundo o mesmo documento, “a Matemática fornece as habilidades necessárias para analisar e resolver problemas novos, com uma visão ampla e comprometida com a leitura e a transformação do mundo”.

Por fim, neste processo, é notório a forte influência de modelos educacionais diretivos e de base epistemológica empírica: em uma sala de aula onde todos têm um professor, presume-se que todos tiveram a mesma experiência. Com isso, na sala de aula, a ideia de experiência está diretamente relacionada à transmissão oral, que fica inteiramente sob o controle do professor, acerca das avaliações elas servem para medir a capacidade individual do aluno em reproduzir o conteúdo apresentado. No entanto, essa ideia às vezes chega ao extremo de obrigar os professores a utilizar os mesmos recursos, metodologias e ferramentas de avaliação ao ensinar determinadas disciplinas na mesma sala de aula, para evitar a criação de “distorções”.

2.4 As Escolas Cívico-militares: Regras Militares para Alunos Civis

O marco regulatório inicial para o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) foi o Decreto nº. 10.004 de 05/09/2019

[...] que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares. A proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano. (BRASIL, 2019c)

Com a ajuda desta ferramenta, o objetivo do programa é promover a melhoria da qualidade no ensino primário e secundário, ele foi desenvolvido através do Ministério da Educação com apoio do Ministério da Defesa durante o Governo Bolsonaro, com o intuito de estabelecer 216 escolas de educação básica no modelo cívico-militar no Brasil, no qual devem ser implementadas em conjunto com os estados, municípios e distritos federais como um programa adicional que não implica extinção ou substituição de programas existentes (art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.004/2019).

O artigo 2º do Decreto define a expressão em oito partes, entre as quais se destaca a visão das próprias escolas civil-militares, definidas como escolas ordinárias do estado, município ou sistema regional correspondente ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) (I), no qual este modelo de escola busca integrar aspectos militares, como a disciplina, com a educação tradicional. Ademais, essa definição orienta o sistema federal de educação a não estabelecer escolas diretamente afiliadas ao programa sob a supervisão da Secretaria de Educação, afastando-se da ideia original da campanha de estabelecer escolas militares em cada capital.

Com isso, os artigos 6º ao 10º determinam as capacidades de cada unidade incluída no programa, ademais, destaca-se as competências do Ministério da Educação como instituição vocacionada para a formulação de medidas regulamentares, preparação de especialistas, determinação de critérios de participação nas escolas e perfis de especialistas militares que atuaram no desenvolvimento de projetos, credenciamento escolar, gestão orçamentária e financeira destinados ao programa. Somado a isso, segundo o site oficial do programa, os militares trabalharão na gestão escolar e os professores e profissionais da educação continuarão a ser responsáveis pelas didático-pedagógica (art. 1º, § 1º do Decreto nº 9.940/2019).

Com o que foi exposto é notório a inadequação da Secretaria em separar administração e educação como se não se cruzassem e se influenciassem. Com isso, estas tentativas de modelos híbridos com características cívicas patrióticas combinam a introdução de linhas de autoridade controversas com especialização/separação de funções e simulam autonomia departamental apropriada em atividades prescritas, não tendo dúvidas de que esta artificialidade favorece uma dissimulação de governação democrática.

2.5 As Escolas Cívico-militares no Tocantins

A militarização das escolas é o processo mais recente da história da educação brasileira, ganhando destaque nos últimos anos e intensificando-se ainda mais com a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim) e do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), que ocorreram durante o governo Bolsonaro.

Com isso, as escolas militarizadas são instituições pertencentes à rede pública e financiadas por redes nacionais de educação afiliadas às secretarias de educação governamentais estaduais ou locais, que transferem a gestão das escolas para os militares de maneira que agora são administradas e supervisionadas por esses agentes estatais.

Ademais, embora o governo do estado do Tocantins utilize a expressão 'colégios militares', eles têm uma administração compartilhada e não se enquadram como instituições verdadeiramente militares, na realidade, são instituições militarizadas, ou seja, de caráter cívico-militar. Além disso, quando uma escola é militarizada, não implica na criação de uma nova instituição, mas sim na substituição do modelo de gestão democrática por um gerenciamento baseado em práticas comuns, que importa padrões e regulamentos militares para o ambiente escolar, transformando a escola em um espaço caracterizado pela ausência de questionamentos, obediência e adestramento.

Com isso, a legislação fundamental que regula a Polícia do Tocantins, a Lei Complementar (LC) nº 79/2012, estabelece, em seu primeiro artigo, que o órgão tem como finalidade a preservação da ordem pública e a realização do policiamento ostensivo em todo o território estadual. O artigo 2º detalha, por meio de seus dez incisos, as competências da PM-TO.

No rol de responsabilidades atribuídas à Polícia Militar do Estado do Tocantins (PM-TO), não há nenhuma atribuição relacionada à área educacional ou à administração escolar. Com isso, a única referência aos Colégios Militares é encontrada no artigo 33, onde se afirma que essas instituições são consideradas órgãos especiais vinculados à PMTO. É notável observar que, de acordo com a Lei Complementar, escolas civis são integradas à estrutura de um órgão responsável pela Segurança Pública.

Deste modo, a implementação da militarização em escolas no Tocantins emerge com uma justificativa semelhante à observada em outros estados: uma medida heróica destinada a aprimorar a qualidade e introduzir disciplina em um sistema educacional até então considerado falido. De igual modo, essa disseminação da militarização ocorre em um cenário onde há dúvidas sobre a validade e eficácia da escola pública desenvolvida após o período de

redemocratização, tendo a alegação de que essas escolas teriam falhado em seu propósito, levando à necessidade de novos modelos de administração do ambiente escolar para restaurar a ordem e diminuir os índices de violência, indisciplina, evasão e repetição de ano.

Com isso, o estado do Tocantins integra o grupo de 14 entes federativos, dos 27 no total, que adotaram a militarização como estratégia na área educacional. Sequencialmente, foi o sétimo estado a iniciar esse processo, sucedendo Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Goiás, Bahia e Maranhão. Ademais, o marco inicial da militarização no estado ocorreu em 2009, quando o Centro de Ensino Médio de Palmas foi transformado no Colégio Militar de Palmas, sob a administração da parceria entre a Polícia Militar do Tocantins e a Secretaria Estadual de Educação. Além disso, esse movimento é notável pela sua rápida expansão: em sua pesquisa de mestrado, Eduardo Santos (2019) identificou que havia 12 escolas, todas pertencentes à rede estadual, gerenciadas pela Polícia Militar.

Somado a isso, no período de 2019 a 2022, o número de escolas militarizadas no estado aumentou para 43 unidades, distribuídas em 29 dos 139 municípios tocantinenses. Desde a primeira militarização em 2009, houve um aumento notável desses colégios cívico-militares. No entanto, essa tendência não só suscita preocupações devido à rapidez do processo, mas também pelo seu impacto no esvaziamento de postos de trabalho militares, contribuindo para acentuar o déficit de policiais no cumprimento de suas funções, pois muitos policiais são deslocados para atuar nas escolas. Em 2017, o Ministério Público Estadual do Tocantins (MPE-TO) identificou um déficit de 5,4 mil policiais militares para atender às demandas do estado.

Com o que foi exposto, tem-se que inúmeras questões envolvem a administração de escolas militarizadas. Com isso, pela descrição do modelo, fica claro que a escola torna-se evidente instituições que são, primariamente, civis, e as parcerias estabelecidas com a Polícia Militar do Tocantins têm como principal objetivo aprimorar a disciplina escolar. Entretanto, a disciplina, entendida no âmbito escolar, é trazer as regras militares para dentro da escola, suplantando, portanto, o ensino, a adoção de princípios pedagógicos, bem como o uso de teorias, que podem auxiliar no processo de ensino. Sobretudo é importante destacar que ao se pensar na militarização das escolas, põem-se em destaque apenas o aspecto do pensamento militar em detrimento do que é preconizado nos documentos orientativos da educação brasileira. Diante desse contexto, torna-se crucial examinar o cenário institucional dentro desses colégios e compreender a posição da Polícia Militar nesse ambiente.

2.6 Colégios Militarizados em Araguaína

A cidade de Araguaína-TO conta com dois colégios cívico-militares, sendo eles: O Colégio Militar Jorge Humberto Camargo, na qual a instituição educacional teve sua origem como parte do projeto CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), essa iniciativa teve suas raízes nos antigos "Brizolões", construídos no Rio de Janeiro pelo ex-governador Leonel Brizola. Posteriormente, o projeto foi adotado pelo ex-presidente Fernando Collor, destacando-se como uma das conquistas significativas durante seu mandato; e O Colégio Militar Doutor José Aluísio da Silva Luz, no qual antes era o colégio Doutor José Aluísio da Silva Luz, que apesar de ser denominado de Colégio Militar por conta da definição é um colégio cívico-militar, por contar com civis no corpo docente.

Com isso, vale ressaltar que existe diferenças entre Colégio Militar e cívico-militar, no qual no primeiro modelo a gestão administradora da escola e o corpo docente são compostos somente de militares e no segundo modelo a gestão administradora é composta por militares e a corpo docente por civis, no estado do Tocantins não fica evidente esta diferenciação quando se refere à nomenclatura entre "Colégio Militar" e "Colégio Cívico-Militar", porém, é importante observar que, mesmo havendo dois colégios cívico-militares na cidade de Araguaína-TO, ambos são designados como "Colégio Militar". Com isso, essa distinção nas nomenclaturas pode gerar interpretações distintas, mas é relevante notar que, embora ambos os colégios compartilhem características cívico-militares, a terminologia utilizada pode variar.

O ensino nestas escolas cívico-militares segue uma abordagem que busca integrar princípios pedagógicos com valores e disciplina associados ao ambiente militar, como cita Cunha e Lopes(2022)

A gestão de processos didático-pedagógicos é submetida ainda a uma organização hierárquica que reestabelece, no ambiente escolar, diferentes níveis de poder: diretor, vice-diretor, chefe da divisão de ensino, supervisor escolar, orientador educacional, coordenador pedagógico de ano e professor. Isso coloca novamente no centro do processo pedagógico questões referentes à autoridade, implicando, principalmente, a perda de autonomia dos professores na sala de aula, uma vez que o programa prevê acompanhamento/intervenção da prática pedagógica (sob o ensejo de corrigir o que for necessário para melhorar o processo de ensino-aprendizagem). O trabalho dos professores torna-se, portanto, ainda mais padronizado, instrumental e regulado/vigiado por agentes externos e os docentes são sujeitos a um rígido controle disciplinar. Tal vigilância ocorre, especialmente, em relação à exposição dos seus posicionamentos políticos – debates relativos a gênero e sexualidade, por exemplo, precisam ser estancados. Nesse sentido, a concepção de ensino disputada se equivale apenas à transmissão de um conhecimento positivamente neutro (CUNHA E LOPES,2022, p. 9)

Somado a isso, é importante notar que a implementação do modelo cívico-militar gera debates na sociedade e na comunidade educacional, pois algumas pessoas defendem que essa abordagem pode proporcionar uma educação mais estruturada e focada no desenvolvimento de valores, enquanto outros questionam a militarização do ambiente escolar e seus impactos na autonomia e criatividade dos estudantes.

O discurso fantasmático no apoio à militarização da gestão tem sido abordado por meio da exposição de casos de violência nas escolas, bem como em demonstrações de dados de resultados de desempenho elevados das escolas militares. Nesse sentido, a fantasia de que a militarização escolar será capaz de resolver esses problemas, proporciona uma imagem de plenitude, totalidade, salvação ou harmonia; preenche o vazio constitutivo do sujeito, ao mesmo tempo que situa ameaças e obstáculos à realização dessa plenitude em outro lado – o inimigo –, a ser combatido como causa do horror social. A sensação beatífica de plenitude produzida por tal discurso fantasmático engendra fundamentalismos e bloqueia o que pode vir a desestabilizar tal plenitude (CUNHA E LOPES, 2022, p.4).

Ademais, a busca por escolas militarizadas por parte de alguns pais periféricos tem se tornado uma tendência marcante na sociedade contemporânea, no entanto, a ênfase na disciplina rígida pode, em alguns casos, negligenciar a importância do desenvolvimento integral dos alunos, incluindo aspectos emocionais, criativos e sociais. Pois, essa escolha está muitas vezes associada à intenção de transferir o pátrio poder para a instituição educacional, buscando não apenas um ambiente de aprendizado, mas também valores e disciplina militar. Entretanto, é importante reconhecer que a escolha por escolas militarizadas gera debates significativos na sociedade, alguns críticos argumentam que esse modelo de educação pode ser excessivamente autoritário, limitando a liberdade individual dos estudantes e não considerando as diferentes formas de aprendizado. Além disso, questionam se a militarização do ambiente escolar é a abordagem mais eficaz para promover a educação de qualidade.

2.7 Revogação do Programa Nacional das Escolas Cívico-militares

Por conta de inúmeras adesões por parte de familiares de estudantes e, eventualmente, por equipes escolares, as manifestações contrárias a esse modelo de escolas cívico-militares iniciaram-se principalmente nas ações desenvolvidas por prefeitos e governadores onde pregavam serem a favor das escolas cívico-militares, e expressavam interesse em aderir ao programa. Com isso, houve protesto e repúdio às declarações feitas por prefeitos sobre a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Decreto 10.004/2019), pois queriam a adesão do programa sem a realização de qualquer consulta pública aos órgãos e profissionais da Educação no município. Assim, a própria omissão desse processo consultivo,

assim como as medidas que dificultaram a participação das comunidades escolares, indicaram uma preocupação com a baixa aceitação desse modelo educacional.

Deste modo, com fim do Governo Bolsonaro e o início do Governo Lula, em março de 2023, duzentas organizações, incluindo a União Nacional dos Estudantes, o Sindicato Nacional dos Servidores e Servidoras Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, assim como numerosos sindicatos de profissionais da Educação em todo o Brasil, diversos Grupos de Estudo em Educação, Organizações não governamentais e Redes, uniram-se em um apelo conjunto ao governo vigente pela revogação do decreto que estabeleceu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Em uma carta, essas entidades apresentaram argumentos pelos quais o governo federal deveria prontamente encerrar o Pecim, propondo medidas para interromper não apenas a militarização do ensino, mas também do cotidiano da população brasileira, nesta carta vários argumentos foram expostos, sendo o primeiro deles a alegada violação constitucional, evidenciando a clara incompatibilidade com princípios fundamentais, como o pluralismo de ideias, a liberdade de aprender e ensinar, o reconhecimento dos educadores e a administração baseada na participação democrática. Além disso, salientou-se que "os programas de militarização, em todos os entes federativos, não estão respaldados em nenhuma das diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação estabelecidas na Lei n. 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), sendo incompatíveis com o preceito constitucional do art. 214 da Constituição, que atribui ao PNE a articulação do sistema nacional de educação".

Com isso, o Decreto nº. 11.611 de 19/07/2023 revoga o Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, que institui o Programa das Escolas Cívico-Militares. Além disso, mesmo que a iniciativa de implantar 216 escolas de educação básica no modelo cívico-militar não tenha atingido seus objetivos, até o fim do projeto havia 28 escolas no Tocantins que adotaram essa estrutura no país. No entanto, o governador do Tocantins pretende dar continuidade ao programa, mesmo com este novo Decreto.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica em que se divide em 8 etapas conforme Sousa et al.(2021) descreveu, sendo elas: Escolha do tema; Levantamento Bibliográfico Preliminar; O problema da pesquisa; Aprofundamento e ampliação do levantamento bibliográfico; Seleção das fontes; Localização das fontes; Fichamento; Análise e Interpretação. Em suma, a pesquisa bibliográfica envolve a avaliação crítica de trabalhos previamente publicados e teorias relevantes que serviram como base para o desenvolvimento deste estudo, no qual abrange um conjunto de dados e informações contidos em documentos impressos, artigos, teses e livros já publicados. Ademais, esses materiais constituem fontes primárias para a construção teórica e a realização de estudos textuais que, quando combinados, contribuíram para o avanço da pesquisa.

Com isso, Gil descreve a pesquisa bibliográfica como

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008, p. 69).

A perspectiva de Marconi e Lakatos complementa a de Gil sobre a pesquisa bibliográfica, isso fica notoriamente evidente quando é afirmado que

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (MARCONI e LAKATOS, 2003, P.158).

Somado a isso, fica evidente que a pesquisa bibliográfica vai além de uma simples comparação entre textos, ainda segundo Marconi e Lakatos (2003) a PB representa a quantidade de material coletado, disponível e relevante onde dependerá das habilidades do pesquisador para localizar diretrizes cruciais para sua pesquisa. Com isso, tem-se que essa pesquisa inclui dois enfoques: documentos e contato direto, no entanto este trabalho não contacom o segundo enfoque acerca do contato direto. Ademais, os principais tipos de documentos compreendem: Fontes Primárias – englobam dados históricos, bibliográficos e estatísticos, informações cartográficas, estudos e materiais; arquivos oficiais e privados; registros gerais; documentos pessoais como diários, memórias, autobiografias; correspondência pública ou privada, entre outros; Fontes Secundárias – abrange jornais gerais e obras literárias.

Nesse sentido, na metodologia adotada nesta pesquisa, foi realizado em um movimento contínuo e processual, abrangendo: 1) pesquisas e trabalhos acadêmicos; 2) documentos oficiais, referindo-se a documentos nacionais elaborados, aprovados e publicados pelo Governo Federal, especialmente relacionados aos Colégios Militares e Cívico-militares; 3) documentos de agentes hegemônicos globais, que são documentos que se referem a registros ou materiais produzidos por organizações ou entidades que exercem uma influência substancial em escala global. Com isso, esses agentes podem incluir instituições internacionais, governamentais ou não governamentais, que desempenham papéis de destaque em diversas áreas, como economia, política, cultura ou educação; 4) pesquisas e informações divulgadas por portais de notícias comprometidos com a veracidade dos fatos e das informações transmitidas por suas mídias. Esse processo revelou-se essencial para ampliar a compreensão dos contextos históricos e sociais nos quais cada política pública educacional foi concebida, proposta e aprovada, permitindo uma apreensão mais completa dos diferentes significados e indícios da militarização da educação pública ao longo dos anos.

Com isso, a abordagem metodológica que se emprega no presente trabalho representa uma forma viável de estruturar um processo de compreensão que abrange uma análise retrospectiva e prospectiva. Ademais, para elaborar uma compreensão ativamente responsável e gerar respostas sobre os atuais discursos acerca da militarização das escolas públicas no Brasil, foi necessário uma pesquisa que envolveu a tabulação de dados retirados de sites periódicos, sendo eles a CAPES e o Google acadêmico, no qual contém dissertações, teses e outras formas de trabalhos que pudessem contribuir para este estudo. A coleta de dados ocorreu no período de 20 de março 2023 a 29 de novembro de 2023, utilizando as plataformas Google Acadêmico e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essas plataformas foram escolhidas devido à sua ampla influência na divulgação de pesquisas nacionais e internacionais, sendo reconhecidas por grande parte da comunidade acadêmica.

Ademais, a seleção dos trabalhos foi realizada por meio da análise de títulos, resumos, palavras-chave e referências. Para a busca, foi organizado cinco conjuntos de descritores: (i) “história da educação no Brasil”; (ii) “Colégios Militares”; (iii) “Colégios Militares no Tocantins”; (iv) “escola cívico-militar”; (v) “colégio cívico-militar no Tocantins e em Araguaína”.

Com a realização desta pesquisa, no Google Acadêmico, ao pesquisar por: História da educação no Brasil; Colégios Militares; Colégios Militares no Tocantins; escola cívico-militar; colégio cívico-militar no Tocantins e em Araguaína; foram identificados

575.000, 73.200, 9.890, 3290 e 21 trabalhos respectivamente, dos quais 4, 5, 4, 2 e 4 trabalhos foram selecionados também seguindo a sequência. No portal da CAPES, não houve resultados para "Colégio cívico-militar no Tocantins e em Araguaína", enquanto para História da educação no Brasil; Colégios Militares; Colégios Militares no Tocantins e Escola cívico-militares foram encontrados 10.867, 872, 7 e 78 resultados sequentemente, sendo que foram utilizados 1, 2, 2 e 1 trabalhos respectivamente. Para visualizar esses dados conforme descrito, foi organizado a tabela a seguir.

Quadro-resumo 1 - Relação de trabalhos de acordo com os descritores.

Google Acadêmico		
Descritores	Número de trabalhos encontrados	Número de trabalhos selecionados
"História da educação no Brasil"	575.000	4
“Colégios Militares”	73.200	5
“Colégios Militares no Tocantins”	9.890	4
“Escola cívico-militares”	3.290	2
“Colégio cívico-militar no Tocantins e em Araguaína”	21	4
Portal de periódicos da CAPES		
Descritores	Número de trabalhos encontrados	Número de trabalhos selecionados
"História da educação no Brasil"	10.867	1
“Colégios Militares”	872	2
“Colégios Militares no Tocantins”	7	2
“Escola cívico-militares”	78	1

“Colégio cívico-militar no Tocantins e em Araguaína”	0	0
TOTAL		
	Total de trabalhos encontrados	Total de trabalhos selecionados
	673.225	25

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Uma parcela significativa dos resultados encontrados nas plataformas digitais não foi incluída na seleção, pois os trabalhos não abordam a temática central desta pesquisa. Mesmo ao empregar indicadores específicos, os trabalhos não escolhidos tratavam de pesquisas sobre colégios militares e as práticas pedagógicas dessas instituições, onde se concentravam em estudos de casos isolados de estados e municípios brasileiros, enquanto outros exploravam pesquisas vinculadas a áreas específicas de conteúdos curriculares, como Educação Física e Educação Ambiental.

As 25 pesquisas escolhidas estão tabuladas e presentes na seção 4, elas foram selecionadas devido ao seu potencial para enriquecer a compreensão da evolução das ideologias militares na política brasileira, aprofundar a definição do conceito de militarização da educação pública e ampliar o entendimento sobre as políticas e programas educacionais examinados. Elas serviram como indicadores do que já foi investigado e discutido em pesquisas acadêmicas sobre o tema, desempenhando um papel crucial na construção do conhecimento científico sobre a militarização da educação pública por meio das políticas educacionais implementadas pelo governo federal. Após o fichamento das pesquisas selecionadas, aquelas que ofereceram contribuições significativas para abordar os problemas desta pesquisa foram utilizadas como referências ao longo do trabalho.

4 RESULTADOS

Tem-se como resultados deste estudo, aqui apresentado por meio de categorias de análise, na qual, destacam-se inicialmente limitações de pesquisas sobre os colégios cívico-militares, pois, a maioria dos estudos encontrados tem como foco principal os Colégios Militares, mesmo eles se enquadrando como cívico-militar, isso reforça sobre a importância deste estudo no campo da educação.

Ademais, este estudo aborda: como é o ensino de matemática em colégios militares, a organização administrativa e pedagógica das escolas militares e militarizadas, e as dificuldades de aprendizagem por conta de como os estudantes são tratados.

Embora alguns destes estudos discutam o papel dos professores, não abordam os desafios que os professores enfrentam quando ensinam matemática aos seus alunos, para melhor visualização do que foi descrito acima, tem-se tabela intitulada por, Tabela 2- Quadro de resumo- Educação brasileira, Colégios Militares e Militarizados, onde contém os resultados desta análise.

Quadro-resumo 2 - Educação brasileira, Colégios Militares e Militarizados.

Título	Autor/ano	Objetivo
A extensão dos colégios militares no Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva constitucional	(ALVES; VICENTE, 2021)	Analisar o processo de expansão dos colégios militares no Rio de Janeiro, na perspectiva da Carta Política de 1988, em especial sob o prisma da supremacia da norma constitucional, dos princípios setoriais da educação e da igualdade.
História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade	(BITTAR; BITTAR, 2012)	Analisar aspectos da história da Educação no Brasil relacionados à consolidação da escola pública e às políticas educacionais
Estudo comparativo da eficiência dos colégios militares e das escolas de aplicação: uma análise do Benchmark no contexto de implementação do Programa	(BARBOSA; NUNES, 2021)	Comparar a eficiência de dois tipos de escolas federais: os Colégios Militares e as Escolas de Aplicação no contexto do emprego dos Colégios

Nacional das Escolas Cívico-Militares.		Militares como benchmark do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no período de 2016 a 2019
Diferencial de desempenho das escolas militares: bons alunos ou boa escola? Encontros Universitários da UFC	(BENEVIDES; SOARES, 2017)	Investigar se ainda persiste um efeito escola militar em modelos empíricos de proficiência a la Hanushek (2016), uma vez que esses fatores são controlados.
A caminhada das ideologias militares nas políticas educacionais brasileiras e sua marcha forte na contemporaneidade pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares	(CARMINATI, 2023)	Compreender como as orientações do ideário militar se fizeram presentes na esfera das políticas educacionais ao longo dos anos até chegarem no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como um marco contemporâneo.
Escolas cívico-militares: estratégia política para ocultar a negligência com a educação pública no Estado brasileiro	(CARVALHO; ZIENTARSKI; RECH, 2022)	Analisar a estratégia política do governo de Jair Bolsonaro que tenta impor às escolas públicas brasileiras sua conversão cívico-militar, como um fenômeno que oculta, pelo menos, dois aspectos fundamentais totalmente imbricados: (a) uma história de negligência identificada na desvinculação de recursos para a educação; (b) uma ação que favorece o capital financeiro e os reformadores empresariais na educação pública.
“Pedagógico” e “disciplinar”: o militarismo	(CASTRO, 2016)	Analisar os significados presentes na prática do governo estadual de Goiás

como prática de governo na educação pública do estado de Goiás.		de transformar escolas públicas da Educação Básica em escolas administradas pela Polícia Militar.
Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?	(CRUZ, 2017)	Promover reflexões sobre a militarização das escolas públicas no estado de Goiás, sobre a disciplina e o medo desses processos
Gestão escolar militarizada: uma análise jurídico-administrativa do caso do Tocantins.	(DALLACQUA, SANTOS, 2021)	Verificar se as estruturas normativas e administrativas das escolas estaduais militarizadas do Tocantins atendem os princípios constitucionais e legais da educação básica na qual se inserem.
Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira	(DIAS; RIBEIRO, 2021)	Analisar os fenômenos que levaram à transferência das escolas civis públicas para as mãos dos militares, considerando, ainda, as consequências da militarização dentro do ambiente escolar.
Os novos modelos de gestão militarizada das escolas estaduais de Goiás. XXIX Simpósio Nacional de História. Contra os preconceitos: História e Democracia.	(GUIMARÃES, 2017)	Analisar a emergência de novos modelos de gestão das escolas de educação básica, a partir da inserção das polícias militares nas escolas públicas.
Dossiê: Militarização das escolas públicas no Brasil Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça	(MENDONÇA, 2019)	Apontar as circunstâncias que propiciaram a origem do processo de militarização de escolas públicas no Brasil, tomando como exemplo a experiência em curso no estado de Goiás, no sentido de compreender a iniciativa do governo eleito em 2018 de militarização de escolas públicas do Sistema de Ensino do Distrito Federal

Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo?. <i>Retratos DaEscola</i>	(MENDONÇA, 2020)	Abordar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), apontando elementos fundamentais do Decreto que o instituiu, declarações de autoridades governamentais sobre sua concepção e objetivos, bem como a crítica formulada por entidades e especialistas da área da educação.
Formação cidadã nos Colégios Militares do estado de Goiás	(MENEZES JUNIOR; LIMA, 2017)	reflexão sobre a formação cidadã ofertada nas Escolas Militares do Estado de Goiás. A educação é permeada por incertezas, injustiças, falta de compromisso político, profissional e familiar, indisciplina, escassez de recursos financeiros, violência, tráfico de drogas, constatações que, dentre outras, influenciam em sua baixa qualidade, e serve de subterfúgios para a crescente militarização de escolas públicas em nosso Estado.
Soldado ou cidadão: rigor e disciplina dos colégios militares atingem bons resultados, mas a um custo alto e sob sérias críticas sobre qual é o legítimo papel da educação.	(PICARELLI, 2019)	O texto aborda a dualidade entre formar soldados e cidadãos nos colégios militares, destacando que a ênfase no rigor e disciplina dessas instituições gera resultados positivos, porém a um custo elevado
Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.	(SANTOS, 2020)	Mapear e analisar a expansão da militarização das escolas públicas de educação básica no Brasil.
História Da Prática Docente No Ensino De Matemática	(SILVA, 2016)	Investigar a evolução histórica do ensino da

Em Colégios Militares De Pernambuco		matemática nos colégios militares do Brasil, comparando o ensino dessa disciplina com o ensino da matemática numa formação militar nos colégios militares de Pernambuco.
A presença da Matemática nos colégios militares: entre os cursos preparatórios e o colégio militar do Imperador Pedro II	(SILVA, 2022)	Contribuir de forma analítica, a partir de um rico material didático, para uma melhor compreensão do desenvolvimento no ensino da matemática, que preparava os estudantes para os cursos superiores nos Colégios Militares.
Educação Prussiana Liberal: A Gênese Histórica Do Modelo Militarista De Educação No Tocantins	(SILVA FILHO; ROCHA; SANTOS, 2017)	Entender as justificativas para implantação do colégio militar do Tocantins.
Militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras: contradições e resistências	(SARAIVA, 2023)	Discute o programa de militarização das escolas públicas brasileiras, por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico -militares (Pecim), criado em 2019, sob o enfoque dos movimentos de resistência a esse modelo e suas fragilidades, em diversos aspectos do Direito Constitucional e Educacional.
História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino	(SOUZA, 2018)	Mostrar que a baixa qualidade da educação não pode ser entendida sem uma análise histórica das condições sob as quais se desenvolveram os mecanismos educacionais.

<p>A Escrita Da História Da Educação No Brasil: Experiências E Perspectivas</p>	<p>(VIEIRA; CURY, 2019)</p>	<p>O texto discute a prática recorrente de produzir dossiês temáticos em publicações acadêmicas, com foco nas ciências humanas e sociais. Esses dossiês são geralmente resultado de chamadas públicas de artigos, mobilizando pesquisadores para analisar e produzir conhecimento sobre temas específicos.</p>
<p>História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)</p>	<p>(VIDAL; FARIA FILHO, 2003)</p>	<p>O texto explora a formação do campo da história da educação no Brasil por meio de duas perspectivas distintas. Na primeira abordagem, traça uma linha histórica da disciplina, destacando três influências principais: a tradição historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), as instituições de formação para o magistério e a produção acadêmica entre os anos 1940 e 1970. Na segunda perspectiva, concentra-se nos estudos realizados nas últimas duas décadas, identificando temas, períodos de interesse e abordagens teóricas mais frequentes.</p>
<p>Ensino por conteúdos versus ensino por competências: Concepções pedagógicas dos professores de matemática do Colégio Militar de Porto Alegre</p>	<p>(VAZ, 2019)</p>	<p>Investigar os motivos pelos quais a pedagogia das competências ainda não foi implementada com sucesso no ensino de matemática do Colégio Militar de Porto Alegre, apesar das determinações institucionais em vigor desde 2013.</p>

<p>Nós perdemos a consciência? Apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás</p>	<p>(VELLOSO; OLIVEIRA, 2015)</p>	<p>Aborda a temática da militarização das escolas públicas de ensino médio em Goiás. O texto fornece reflexões sobre o fenômeno, explorando o impacto dessa abordagem na consciência coletiva e nas dinâmicas educacionais.</p>
--	----------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora(2023).

Com isso, para ampliar a compreensão dos contextos históricos e sociais das políticas educacionais, a pesquisa abrangeu diferentes fontes, na qual teve análise histórica da educação brasileira, onde é notório que ela passou por diversos avanços, mas em contrapartida teve inúmeros desafios, com isso, como já exposto a coleta de dados foi realizada utilizando plataformas como Google Acadêmico e Portal de Periódicos da CAPES. A seleção de trabalhos foi baseada em títulos, resumos, palavras-chave e referências, com descritores específicos.

Além disso, a pesquisa identificou um número significativo de trabalhos, dos quais foram selecionados aqueles relevantes para a temática da militarização das escolas públicas no Brasil. No qual tem-se um número significativo de trabalhos publicados, onde se mostra a realidade desses colégios, assim como os desafios encontrados, no entanto muitos destes trabalhos são específicos de estados ou cidades do Brasil, tendo assim uma maior dificuldade para a sua análise

Acerca da análise das escolas cívico-militares, a problemática para filtrar os trabalhos foi ainda maior, uma vez que muitos trabalhos apesar de serem sobre as escolas cívico-militares foram nomeados como sendo de Colégios militares, especialmente no estado do Tocantins onde as escolas militarizadas são chamadas de militares, sobre o ensino nestes colégios tem-se que é realizado de forma rígida e buscando a disciplina deste alunos, assim dificultando ainda mais a aprendizagem destes alunos. Ademais, foi realizada uma seleção criteriosa que resultou em 25 trabalhos que contribuíram para a compreensão das ideologias militares na política brasileira e a definição do conceito de militarização da educação pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, este trabalho empreendeu uma investigação bibliográfica sobre os Colégios Cívico-Militares, em destaque os da cidade de Araguaína-TO, onde foi necessário uma exploração sobre a reforma educacional no Brasil e os Colégios Militares em âmbito nacional, estadual e local. Com isso, a proposta de escola cívico-militar é analisada como uma resposta a uma parcela da sociedade que defende princípios patrióticos, embora a inserção desses princípios na educação suscite distorções nos objetivos educacionais preconizados pela Constituição Federal de 1988.

Em síntese tem-se que o período entre as décadas de 1930 e 1960 no Brasil foi caracterizado por transformações no sistema educacional, impulsionadas pela transição do modelo agrário-exportador (refere-se a um modelo econômico baseado principalmente na produção agrícola para exportação) para o industrial-urbano (refere-se a um padrão econômico caracterizado pela predominância da atividade industrial e pelo crescimento significativo nas áreas urbanas, por oposição à maior parte da atividade agrícola e das áreas rurais). Ademais, eventos como a Revolução de 1930 e o golpe militar de 1964 provocaram mudanças estruturais, elevando a expansão do sistema educacional como uma prioridade, alinhada aos ideais de desenvolvimento nacional e industrialização. Somado a isso, durante o governo de Getúlio Vargas, ocorreu a criação do Ministério da Educação e Saúde, centralizando o planejamento educacional. Entretanto, as décadas de 1930 a 1964 foram marcadas por embates ideológicos, influenciando conflitos políticos e resultando em contradições, como a elitização do ensino secundário e desafios relacionados ao analfabetismo.

No entanto, o regime militar (1964-1985) expandiu quantitativamente as escolas públicas, mas sem melhorias na qualidade educacional, adotando uma abordagem tecnocrática e autoritária. Reformas educacionais, como as de 1968 e a Lei nº 1.5692 de 1971, refletiram um viés ideológico favorável ao governo militar, contribuindo para a desestabilização das escolas públicas e o reforço da exclusão social. Após a ditadura, o Brasil passou por um processo de redemocratização, consagrando a educação como direito fundamental em 1988. No entanto, persistem desafios, incluindo desigualdades de acesso e variações na qualidade educacional, destacando a necessidade contínua de investimento e valorização da carreira docente.

A inserção dos Colégios Militares no Brasil é analisada como parte da estrutura educacional influenciada por princípios militares, uma resposta aos desafios enfrentados pelas escolas públicas em busca de disciplina. Com isso, O Programa Nacional das Escolas

Cívico-Militares (Pecim), iniciado em 2019, é destacado como um marco regulatório significativo, explorado detalhadamente neste trabalho. O cenário das Escolas Cívico-Militares no Tocantins é examinado, evidenciando a militarização do ensino e destacando a complexidade e possíveis inadequações desse modelo.

Ademais, essa pesquisa enfrenta o desafio de uma escassez relativa de artigos e teses sobre a temática de Colégios Cívico-Militares, somado a isso, não foram encontrados trabalhos sobre o ensino de matemática na cidade de Araguaína-TO, apesar dos programas de extensão entre essas escolas e as universidades. Ademais, mesmo com a expansão quantitativa das escolas públicas durante o regime militar não se traduziu em melhorias na qualidade educacional, evidenciando uma abordagem tecnocrática e autoritária.

A abordagem metodológica deste trabalho, vai além da simples comparação textual, inclui diversas fontes, como pesquisas acadêmicas, documentos oficiais do governo federal, documentos de agentes hegemônicos globais e informações de portais de notícias confiáveis, assim como foi citado na seção 3, no qual os resultados da pesquisa, incluindo a tabulação que apresenta os trabalhos encontrados, onde representa uma contribuição significativa para a compreensão da evolução das ideologias militares na política educacional brasileira, bem como para a definição do conceito de militarização da educação pública, servindo como referência fundamental para futuros estudos sobre o tema.

Além disso, conforme argumentado, este regime de escola cívico-militar é uma afronta ao quadro jurídico e à política educacional do Brasil, sem base epistemológica, e atrasa anos de pesquisa e desenvolvimento em políticas educacionais. Entre as principais consequências deste modelo estão o enfraquecimento e a supressão da governação democrática, a uniformização do comportamento, do pensamento e das práticas educativas, a negação do direito à educação pública gratuita, a externalização de escolas através de parcerias com empreiteiros militares e a desvalorização da educação.

REFERÊNCIAS

ALVES, R.; VICENTE, D. Da S.. A expansão dos colégios militares no Rio de Janeiro: uma análise sob a perspectiva constitucional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.37, n.3, 2021.

Arquivo Getúlio Vargas: FGV/CPDOC, GV c 1934.01.04. Carta de Góes Monteiro a Getúlio Vargas. Disponível em: <https://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CorrespGV2&pasta=GV%20c%201934.01.04&pagfis=4430>

BARBOSA, K. M. F.; NUNES, A.. Estudo comparativo da eficiência dos colégios militares e das escolas de aplicação: uma análise do benchmark no contexto de implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Meta** (Rio de Janeiro, Brasil), v.13, n.39, 2021.

BENEVIDES, A. A.; SOARES, R. B. Diferencial de desempenho das escolas militares: bons alunos ou boa escola? **Encontros Universitários da UFC**, Fortaleza, v.2, 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2019].

BRASIL. Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996.

BRASIL. Portaria DECEX / C Ex nº 220, de 14 de junho de 2021. Aprova a Diretriz que define o Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil: 2021-2025, (PP/SCMB - EB60-D-08.001), 2ª Edição, 2021.

BITTAR, M.; BITTAR, M. História da Educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum. Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 16 ago. 2012. DOI: 10.4025/actascieduc.v34i2.17497.

CARMINATTI, V. L. de P. S.. **A caminhada das ideologias militares nas políticas educacionais brasileiras e sua marcha forte na contemporaneidade pelo Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. 2023. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação. Chapecó, SC, 2023.

CARVALHO, A. Dos A. P. de; ZIENTARSKI, C.; RECH, H. L.. Escolas cívico-militares. **Educação**, v.45, n.1, 2022.

CASTRO, N.M.B. "**Pedagógico**" e "**disciplinar**": o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, UnB, Brasília, 2016.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976

CRUZ, L. A. C. M. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017.

CUNHA, V. P. DA; LOPES, A. C.. MILITARIZAÇÃO DA GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: A EXCLUSÃO DA ATIVIDADE POLÍTICA DEMOCRÁTICA. **Educação & Sociedade**, v. 43, p. e258252, 2022.

DALLACQUA, M. F.; SANTOS, A. S. de S.. **Gestão escolar militarizada: uma análise jurídico-administrativa do caso do Tocantins**. Signos, Lajeado, ano 42, n. 1, p. 9-36, 2021.

DIAS, Z. R.; RIBEIRO, A. C. Escolas cívico-militares: conservadorismo e retrocesso na educação brasileira. **Revista Teias**, v.22, 2021.

GALAVIZ, B. et. al. The militarization and the privatization of public schools. **Berkeley Review of Education**, v. 2, n. 1, p. 27-45, 2011.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias**. Tradução Gaetano Lo Mônaco. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.

MENEZES JUNIOR, A.S.M.; LIMA, M.E. Formação cidadã nos colégios militares do estado de Goiás. In: **ANAIS VI SEMANA DE INTEGRAÇÃO**, 2017, Goiás. Anais [...]. Goiás: UEG, 2017. p. 481-490.

MENDONÇA, E. F. (2020). Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo?. **Retratos Da Escola**, 13(27), 621–636. <https://doi.org/10.22420/rde.v13i27.1039>.

MENDONÇA, E. F.. Dossiê: Militarização das escolas públicas no Brasil. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça, **RBPAAE**-v. 35, n. 3, p. 594-611, set./dez. 2019.

MILITAR. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/militar/>

O que é o programa nacional das escolas cívico-militares? [S.l.]: **Ministério da Educação**, 2019. Disponível em: <http://escolacivicomilitar.mec.gov.br/18-o-programa>.

PICARELLI, M. Soldado ou cidadão: rigor e disciplina dos colégios militares atingem bons resultados, mas a um custo alto e sob sérias críticas sobre qual é o legítimo papel da educação. **Revista Educação**, nº 257, mai. 2019, pp. 36-47.

Projeto pedagógico SCMB. Disponível em <http://www.depa.eb.mil.br/legislacao>.

QUINTELLA, A. O'REILLY, N. **Exercícios de Aritmética, Curso de Admissão**, 17 ed. São Paulo, 1957.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

ROCHA, J. D. T.; SILVA FILHO, T. M.; SANTOS, J. S. Educação prussiana liberal: a gênese histórica do modelo militarista de educação no Tocantins. **ESCRITAS**, v.9, n.1, 2017. ISSN 2238-7188, p. 7-21.

SANTOS, E. J. F.. **Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11015/3/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Eduardo%20Junio%20Ferreira%20Santos%20%20-%202020.pdf>.

SARAIVA, A. P. Militarização e desmilitarização das escolas públicas brasileiras: contradições e resistências. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 201–226, 2023. DOI: 10.9771/gmed.v15i2.54758. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54758>.

SILVA, L. A. G. da. **A presença da Matemática nos colégios militares: entre os cursos preparatórios e o colégio militar do Imperador Pedro II.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2022. São Paulo: SP.

SILVA, L. A. G. da. **História da prática docente no ensino de matemática em Colégios Militares de Pernambuco [manuscrito].** 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências e Educação Matemática) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências e Tecnologia. Paraíba, 2016. 175 p.

SOARES DE SOUSA, J.; LIMA DE OLIVEIRA, D. Das cirandas aos quartéis: expansão da militarização das escolas públicas no Tocantins. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 17, n. 37, p. 61–82, 2023. DOI: 10.22420/rde.v17i37.1678. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1678>.

SOUZA, E. A. M. de. História da educação no Brasil: o elitismo e a exclusão no ensino. **Cadernos da Pedagogia**. São Carlos, Ano 12 v. 12 n. 23, jul/dez 2018.

SOUZA, Angélica Silva de *et al.* A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS. **Cadernos da Fucamp**, ano 2021, v. 20, n. 43, p. 64-83, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>

VAZ, L. J. L. da R.. **Ensino por conteúdos versus ensino por competências: concepções pedagógicas dos professores de matemática do Colégio Militar de Porto Alegre.** 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

VELLOSO, E. R.; OLIVEIRA, N. P. de. Nós perdemos a consciência? Apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. **VI Seminário Pensar Direitos Humanos: Educação e(m) Direitos Humanos: pensar as violências.** Goiânia, PENSAR, 2015.

VIDAL, D. G.; FILHO, L. M. de F.. História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, no 45, pp. 37-70 - 2003.

VEIGA, C. C. P. S.; SOUZA, J. S. Pedagogia Militar: do conceito a sua aplicação. **Rev. HISTEDBR On-line** Campinas, SP v.19 1-22 e019045 2019.

VIEIRA, C. E.; CURY, C. E. A Escrita Da História Da Educação No Brasil: Experiências E Perspectivas. **Revista Brasileira De História Da Educação** 19 (2019): 1-9.